



ATA

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas, reuniu-se, na sala de reuniões José Tuedes, no sexto andar do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência, instituída pela Portaria n. 1.475, de 08 de agosto de 2022, presentes todos os seus membros: Desembargador Jadir Silva, Zélia Maria Bernardo, Maria Libéria da Silva, Ana Paula Araújo Sales Rezende, Kely Cristina Barbosa Machado, Maximiniano Félix Lopes, Thiago Augusto Duarte Pereira e Fernanda Vilas Boas Fuscaldi.

A reunião foi aberta pelo presidente da Comissão, Desembargador Jadir Silva, que solicitou uma contextualização das ações feitas anteriormente pela Comissão. As servidoras Maria Libéria e Kely fizeram um breve histórico dos trabalhos que já haviam sido implementados na Justiça Militar referentes à acessibilidade. Foi constatado que as principais melhorias foram em relação à infraestrutura do prédio, como o piso tátil na entrada, banheiros acessíveis em todos os andares e a reserva de lugar para cadeirante no auditório. Entretanto, verificou-se a necessidade de realizar outras intervenções, por exemplo, bancada acessível para a recepção, rebaixamento da calçada em frente a entrada principal do prédio e ampliação o piso tátil para o restante do edifício. Dessa forma, foi reconhecida a necessidade de contratação de um profissional para realizar um estudo técnico, a fim de adequar todas as dependências do prédio às normas atuais de acessibilidade, observando os projetos já realizados e avaliando, inclusive, a possibilidade legal, junto à prefeitura de Belo Horizonte, da realização da rampa de acesso na calçada.

Foi discutida a questão das portas dos banheiros, que parece estar em consonância com o Projeto de Combate a Incêndio e Pânico, mas em desacordo com as normas de acessibilidade. Sugeriu-se então que seja realizado um questionamento formal ao engenheiro responsável pelo projeto para que ele possa justificar a mudança feita em relação à abertura das portas.

Sugeriu-se, ainda, que seja ofertado, ao público interno do Tribunal, curso de capacitação em Libras. Além disso, ficou acordado que, na próxima reunião, os membros da comissão tragam sugestões de ações voltadas à matéria para que seja criado um plano de ação.

Ficou definido que será criado um documento de oficialização de demanda no SEI, com todas as justificativas para a contratação de um profissional técnico especializado que realize estudo para adequação do prédio às normas de acessibilidade. Além disso, definiu-se que será solicitada a atualização do site com a finalidade de constar todos os recursos disponíveis, tal como a leitura em libras.

Decidiu-se que a servidora Ana Paula Araújo Sales Rezende será a secretária e que será criado um SEI com a finalidade de reunir toda a documentação interna acerca dos assuntos referentes à Comissão.

Ficou definido, ainda, que a Comissão se reunirá, presencialmente, no dia 14 de outubro de 2022, às 14:00 horas.

Nada mais havendo a tratar, eu, Ana Paula Araújo Sales Rezende, lavrei a presente ata, que deverá ser assinada por todos os presentes.



Documento assinado eletronicamente por **JADIR SILVA, Desembargador Civil do TJMMG**, em 29/09/2022, às 14:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA ARAÚJO SALES REZENDE, Oficial Judiciário**, em 29/09/2022, às 14:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA LIBÉRIA DA SILVA, Coordenadora de Área**, em 29/09/2022, às 14:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ZÉLIA MARIA BERNARDO, Assessor Judiciário**, em 29/09/2022, às 14:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MAXIMINIANO FELIX LOPES, Oficial Judiciário**, em 29/09/2022, às 14:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO AUGUSTO DUARTE PEREIRA, Assistente Judiciário**, em 29/09/2022, às 14:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **KELY CRISTINA BARBOSA MACHADO, Oficial Judiciário**, em 29/09/2022, às 17:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA VILAS BOAS FUSCALDI, Analista Judiciário**, em 30/09/2022, às 08:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjmmg.jus.br/servicos> informando o código verificador **0245079** e o código CRC **D21AA222**.